CONSCIÊNCIA NEGRA: A CORAGEM DE PERTENCER A SI MESMO E O COMPROMISSO ÉTICO COM A IGUALDADE

Por Karina Pinto Leite[1]

Uma voz suave sussurra constantemente em meu ouvido: “Coragem!”

Há algum tempo, uma fala da atriz Viola Davis ecoou em minha mente. Ao refletir sobre coragem, ela apresentou uma ideia que me parece especialmente significativa: ter coragem é pertencer a si mesmo, mesmo quando isso significa contrariar a necessidade de se encaixar na multidão.

Coragem e vulnerabilidade, portanto, caminham juntas. Ao assumirmos quem verdadeiramente somos, ficamos expostos ao julgamento, à rejeição e, muitas vezes, à incompreensão. Mas há também uma forma silenciosa de vulnerabilidade em esconder a própria identidade para corresponder às expectativas alheias, em silenciar convicções para preservar espaços ou em aceitar determinados lugares para evitar o desconforto de questioná-los.

Neste Dia da Consciência Negra, essa reflexão ganha outra dimensão.

A história da população negra no Brasil é também uma história de coragem. Coragem de sobreviver à violência, de preservar identidades, culturas, conhecimentos e tradições diante de sucessivas tentativas de apagamento. Coragem de reconstruir a própria existência em uma sociedade que, por muito tempo, negou a essas pessoas o direito à dignidade, à liberdade e ao reconhecimento.

Mas é importante compreender que essa resistência não pertence apenas ao passado. As marcas de uma estrutura social construída sobre desigualdades continuam presentes, ainda que, por vezes, se manifestem de maneiras menos explícitas. Estão nas oportunidades que não chegam, nas competências que precisam ser reiteradamente comprovadas, nos espaços de decisão que permanecem pouco diversos e nas expectativas distintas depositadas sobre pessoas que, embora ocupem posições equivalentes, nem sempre recebem o mesmo tratamento.

O serviço público, como parte integrante da sociedade, não está imune a essas contradições. Ao contrário, também pode reproduzi-las. A Administração Pública é formada por pessoas e, por isso, carrega consigo valores, percepções, preconceitos e relações de poder que atravessam a vida social.

Não basta, portanto, que suas instituições afirmem formalmente o compromisso com a igualdade, a diversidade e a não discriminação. É preciso que esses princípios sejam reconhecidos e praticados nas relações de trabalho, nos processos de gestão, na distribuição de oportunidades e no exercício cotidiano das funções públicas.

É nesse ponto que a discussão sobre consciência negra encontra a ética no serviço público.

A ética não se resume ao cumprimento de normas, assim como a integridade não se limita à ausência de desvios funcionais. Embora indispensáveis, as regras não são suficientes quando determinadas práticas, ainda que formalmente toleradas, naturalizam privilégios, silenciam diferenças ou perpetuam desigualdades. A ética pública também exige compromisso com a dignidade humana, a impessoalidade, a justiça e o interesse coletivo.

E esse compromisso demanda coragem.

Coragem para reconhecer privilégios e questionar padrões historicamente estabelecidos. Para não confundir hierarquia com superioridade, autoridade com autoritarismo ou cordialidade com respeito. Para perceber que a ausência de manifestações explícitas de preconceito não significa, necessariamente, a existência de relações justas. E, sobretudo, para compreender que a igualdade de tratamento não pode servir de justificativa para ignorar desigualdades que produzem condições profundamente diferentes de existência.

Quando falamos da mulher negra no serviço público, essas questões ganham contornos ainda mais específicos. Além das barreiras associadas ao racismo, somam-se aquelas relacionadas ao gênero, produzindo experiências particulares de invisibilidade, desconfiança, desvalorização e sobrecarga. Muitas vezes, a competência precisa ser demonstrada repetidamente; a firmeza pode ser interpretada como inadequação; a manifestação de inconformismo, como insubordinação; e o silêncio, como a única alternativa aparentemente segura para permanecer.

É preciso cuidado para não transformar a capacidade de suportar essas situações em uma virtude institucional. A resistência da população negra merece reconhecimento, mas não pode ser utilizada como justificativa para perpetuar as condições que tornam essa resistência necessária.

Não se pode esperar que pessoas historicamente submetidas à violência sejam sempre as responsáveis por demonstrar tolerância, resiliência e capacidade de adaptação. Tampouco se pode exigir que a pessoa negra, para ser aceita, precise renunciar à própria identidade, suavizar sua voz ou se ajustar permanentemente às expectativas de quem ocupa os espaços de poder.

A consciência negra também nos convida a rever o significado de pertencimento. Não se trata apenas de permitir que pessoas negras ocupem os espaços, mas de construir ambientes nos quais não precisem deixar parte de si mesmas do lado de fora para serem reconhecidas como legítimas.

Talvez seja essa uma das maiores contribuições dessa reflexão para a ética pública: compreender que fazer o que é correto nem sempre significa fazer o que é mais confortável, mais conveniente ou aquilo que a maioria espera. Em determinadas circunstâncias, agir eticamente exige justamente não se deixar conduzir pelo coro da multidão.

A voz que verdadeiramente deve orientar nossas escolhas não pode ser apenas a das conveniências institucionais, das relações de poder ou das expectativas de aceitação. Deve ser também a da consciência, capaz de nos fazer reconhecer o outro em sua dignidade e questionar nossas próprias práticas quando elas deixam de corresponder aos valores que afirmamos defender.

Neste Dia da Consciência Negra, que possamos reconhecer a coragem de um povo que, mesmo diante de tantas tentativas de silenciamento, permaneceu de pé. Mas que também tenhamos coragem de olhar para as estruturas que ainda produzem desigualdades e assumir a responsabilidade de transformá-las.

Porque uma instituição verdadeiramente ética não é aquela em que todos aprenderam a se encaixar, mas aquela em que ninguém precisa deixar de ser quem é para pertencer.

Coragem para ser. Ética para reconhecer. Responsabilidade para transformar.

---

[1]Secretaria - Executiva da Comissão de Ética do IFSP.